

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA–UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XV – VALENÇA/ BA

HELENA CERQUEIRA DOS SANTOS

PEDAGOGIA E ENVELHECIMENTO ATIVO:
INCLUSÃO SOCIAL DE IDOSOS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE
APRENDIZAGEM

VALENÇA-BA

2025

HELENA CERQUEIRA DOS SANTOS

PEDAGOGIA E ENVELHECIMENTO ATIVO:
INCLUSÃO SOCIAL DE IDOSOS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE
APRENDIZAGEM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Corpo Docente do Departamento de Educação Campus XV da Universidade do Estado da Bahia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Pedagogo. Orientadora: Prof. Dr. Nicoleta Mendes de Mattos

VALENÇA – BA


2025

HELENA CERQUEIRA DOS SANTOS

PEDAGOGIA E ENVELHECIMENTO ATIVO:
INCLUSÃO SOCIAL DE IDOSOS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE
APRENDIZAGEM


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NICOLETA MENDES DE MATTOS**
Data: 10/09/2025 06:15:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

 **EVERTON NERY CARNEIRO**
Data: 08/09/2025 09:29:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Everton Nery Carneiro

Membro da banca

Documento assinado digitalmente
 **ANA LÍCIA DE SANTANA STOPILHA**
Data: 08/09/2025 12:58:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ana Lícia Santana Stopilha

Membro da banca

VALENÇA-BA

2025

AGRADECIMENTOS

Uma vez me disseram que eu não era boa o suficiente para entrar numa universidade. Que, como muitos da minha realidade, eu acabaria em um trabalho onde nossos esforços não são valorizados. Disseram que eu não chegaria a lugar nenhum em um curso de Pedagogia, que meus sonhos eram pequenos demais e, ao mesmo tempo, grandes demais para as minhas condições. Que ser professora era a última escolha de quem entra na universidade.

Mas, mais de uma vez também me disseram — dentro da universidade — que eu sou esforçada, corajosa e inteligente. Ouvi que eu era capaz, que havia coragem nos meus passos, firmeza na minha fala, sensibilidade no meu olhar, que minha voz importava, que minha história tinha valor, que ser professora era ato de resistência e de afeto. Que meus sonhos não eram exagero — eram potência. E ali encontrei acolhimento, cura, esperança e reconhecimento. Isso é a universidade pública. Isso é o meu sonho!

Agradeço primeiramente, em espírito e verdade ao meu Deus. Meu auxílio, alívio e refúgio em todos os momentos da minha vida, Deus esse que me demonstrou em vários momentos o que está escrito em Eclesiastes 3:1, “Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu”.

Agradeço, com todo o meu coração, à minha mãe Zenilda, ao meu pai Bené, que fizeram o possível e impossível para que meu sonho fosse realizado apesar de qualquer coisa, por todos os conselhos, puxões de orelha e orações, por todo apoio e acolhimento, por me amarem do jeitinho que eu sou e me motivarem a nunca desistir do que eu queria para mim, do que lutei para conquistar. Agradeço por muitas vezes insistirem para que eu não desistisse, por segurar minha mão e me ajudarem a caminhar.

Às minhas irmãs Bianca, Elizete e Elizângela e ao meu irmão Beni, que foram os principais motivadores e responsáveis para a continuação de um sonho. À minha cunhada Nany, por estar sempre presente, me apoiando em tudo, orando e torcendo por mim. Ao meu filho, meu pequeno Thomas, razão da minha vida e fonte incessante de inspiração. Aos meus sobrinhos, que me trouxeram luz nos dias difíceis, e à minha estrela, Jadilson, que segue viva em mim.

Gratidão aos amigos que me apoiaram — e não apenas aos que cito aqui, mas a todos que, de alguma forma, caminhou comigo. Em especial, deixo meu carinho à minha irmã de coração, Celina, minhas amigas, Milady, Gislane, Talita e Lívia, pela presença constante, apoio, cuidado e por estarem comigo desde o início de tudo, à minha amiga carioca, Déborah, que mesmo à distância esteve por perto com sua escuta e carinho, E às amigas que a UNEB

me presenteou: Jozeane, Lorena, Jerlaine, entre tantas outras pessoas maravilhosas que encontrei nessa jornada, vocês têm um lugar especial no meu coração.

Gratidão imensa à todas as senhoras da UATI, às minhas colegas de monitoria e coordenadoras, pelo acolhimento, ensinamento e paciência. Às professoras Helenalva e Nicoleta, entre tantos outros por todo o conhecimento compartilhado, incentivo e generosidade durante todos esses anos de graduação. Este trabalho é a prova de que sonhos resistem — mesmo quando desacreditados — e florescem no solo fértil do apoio, da fé e da amizade.

Obrigada por fazerem parte do meu jardim.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda as contribuições da pedagogia para o envelhecimento ativo e a inclusão social de mulheres idosas em espaços não formais de aprendizagem. A questão que orienta o estudo é: Como as práticas educativas realizadas em espaços não formais, a exemplo dos projetos UATI e NUPESPI, favorecem o envelhecimento ativo e a inclusão social de pessoas idosas? A pesquisa, de natureza qualitativa, foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica e análise documental de relatórios institucionais dos projetos UATI e NUPESPI, vinculados à UNEB – Campus XV, tendo como objetivo: A fundamentação teórica permitiu a discussão dos conceitos de envelhecimento ativo, feminização da velhice, inclusão social e educação em espaços não formais. Os resultados evidenciam que as práticas pedagógicas desenvolvidas nesses espaços promovem autonomia, autoestima e participação social entre as idosas participantes. Destacam-se, ainda, os desafios enfrentados pelas educadoras e pelas instituições, como a limitação de recursos e a necessidade de políticas públicas mais efetivas. Conclui-se que a educação em espaços não formais representa uma estratégia relevante para a promoção da cidadania e da qualidade de vida na velhice, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade.

Palavras-Chave: Educação não formal. Envelhecimento ativo. Inclusão social.. Pedagogia.

ABSTRACT

This final project addresses the contributions of pedagogy to active aging and the social inclusion of older women in informal learning spaces. The guiding question is: How do educational practices carried out in informal learning spaces, such as the UATI and NUPESPI projects, promote active aging and the social inclusion of older adults? This qualitative research was developed based on a literature review and document analysis of institutional reports from the UATI and NUPESPI projects, linked to UNEB – Campus XV. The objective was: The theoretical foundation allowed for the discussion of the concepts of active aging, the feminization of old age, social inclusion, and education in informal learning spaces. The results show that the pedagogical practices developed in these spaces promote autonomy, self-esteem, and social participation among the participating older women. The challenges faced by educators and institutions, such as limited resources and the need for more effective public policies, are also highlighted. It is concluded that education in informal settings represents a relevant strategy for promoting citizenship and quality of life in old age, especially among women in vulnerable situations.

Keywords: Non-formal education. Active aging. Social inclusion. Pedagogy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TEMÁTICAS DA PESQUISA: Página 27

Quadro 2 – RESULTADO DA PESQUISA CORRELATA: Página 37

Quadro 3 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NOS PROJETOS UATI E NUPESPI: página 44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. METODOLOGIA	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 O CONCEITO DE ENVELHECIMENTO ATIVO E SUA RELEVÂNCIA	15
2.2 O ENVELHECIMENTO FEMININO E SUAS ESPECIFICIDADES	18
2.3. A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIAL ...	22
3. PESQUISAS CORRELATAS SOBRE ENVELHECIMENTO ATIVO, INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS.....	27
QUADRO 1. IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TEMÁTICAS DA PESQUISA	27
QUADRO 2: RESULTADO DA PESQUISA CORRELATA	35
4. ILUSTRAÇÃO DE CASO: UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE (UATI) E O NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO (NUPESPI)	39
QUADRO 3 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NOS PROJETOS UATI E NUPESPI	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO COM A PESSOA IDOSA	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é um fenômeno global que tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. O aumento da longevidade, impulsionado pelos avanços na medicina e nas políticas públicas, tem gerado novos desafios sociais, culturais e educacionais, exigindo olhares mais sensíveis e inclusivos sobre a velhice. Nesse cenário, a pedagogia assume um papel fundamental ao propor práticas educativas que favoreçam o envelhecimento ativo e a inclusão social de pessoas idosas, principalmente em espaços não formais de aprendizagem.

A discussão sobre envelhecimento ultrapassa os limites da saúde e da assistência social, alcançando também a esfera educacional. A partir de ações pedagógicas planejadas e contextualizadas, é possível promover o desenvolvimento pessoal, a autonomia, a autoestima e o bem-estar da pessoa idosa, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Espaços como universidades abertas à terceira idade, centros culturais, associações comunitárias e projetos sociais têm se mostrado ambientes propícios para a aprendizagem contínua e o fortalecimento dos vínculos sociais entre os idosos.

A escolha por esse tema se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre o papel da pedagogia na valorização da pessoa idosa, combatendo estereótipos, preconceitos e a invisibilidade social ainda presentes no cotidiano. Além disso, é importante reconhecer o potencial educativo dos espaços não formais como agentes transformadores da realidade, capazes de promover inclusão e cidadania para essa parcela da população.

A proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso surgiu a partir das experiências desenvolvidas no âmbito da UATI (Universidade Aberta à Terceira Idade) e do NUPESPI (Núcleo de Pesquisa e Estudos em Educação Especial e Inclusão). Trata-se de uma prática pedagógica intencional realizada em um espaço não formal de educação, especificamente na Casa Francisco de Assis, em Valença. Esse tipo de espaço, embora não esteja vinculado diretamente ao sistema escolar, se caracteriza por ter objetivos educativos claros, planos de trabalho, avaliações e produção de relatórios, configurando-se como um ambiente sistematizado de aprendizagem.

É importante distinguir os conceitos de educação formal, informal e não formal para compreender a proposta deste estudo. A educação formal ocorre no ambiente escolar, é totalmente sistematizada, ligada a órgãos oficiais e possui uma sequência pedagógica estruturada com avaliações regulares. Já a educação informal é espontânea, não possui sistematização e acontece no cotidiano, sem intencionalidade educativa definida. Por outro lado, a educação não formal – que é o

foco deste trabalho – ocorre fora do sistema escolar, mas ainda apresenta intencionalidade pedagógica, mesmo sem seguir as mesmas exigências da escola formal. Ela se desenvolve em espaços organizados que propõem práticas educativas voltadas à formação crítica, cidadã e transformadora dos sujeitos, como defendido por Ana Lúcia Nunes Pereira (2017) em sua tese de doutorado sobre práticas pedagógicas em espaços não formais.

A extensão universitária, nesse contexto, não deve ser compreendida como um espaço não formal, mas sim como uma modalidade adotada pelas universidades para se conectar com a sociedade, podendo ocorrer tanto em espaços escolares quanto não escolares. Assim, o curso de extensão e as atividades nele desenvolvidas representam ações planejadas e intencionais que contribuem para a formação cidadã e a promoção dos direitos humanos.

A experiência adquirida como monitora nos projetos UATI (Universidade Aberta à Terceira Idade) e do NUPESPI (Núcleo de Pesquisa e Estudos em Educação Especial e Inclusão) oferece uma base sólida, tanto prática quanto teórica, para a investigação deste campo. As atividades desenvolvidas nesses projetos evidenciam que a interação social, o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento de vínculos são elementos essenciais para a melhoria da qualidade de vida na terceira idade.

Embora os projetos identifiquem cruzamentos entre gênero, raça e classe social, este trabalho opta por delimitar a análise à relação entre gênero e envelhecimento, devido às especificidades estruturais do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e ao tempo limitado para uma investigação mais aprofundada.

Diante desse contexto, a questão central que orienta esta pesquisa é: Como as práticas educativas realizadas em espaços não formais, a exemplo dos projetos UATI e NUPESPI, favorecem o envelhecimento ativo e a inclusão social de pessoas idosas?

Este estudo tem como objetivo geral: compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas nesses espaços não formais de educação e analisar seus impactos no processo de envelhecimento ativo e na inclusão social de idosos, especialmente de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Já os objetivos específicos são: a) Levantar os conceitos de envelhecimento ativo e de espaços não formais de educação; b) Apontar as ações e práticas pedagógicas desenvolvidas nos projetos UATI e NUPESPI; c) Mapear os desafios e as potencialidades da educação de pessoas idosas em espaços não formais; d) Identificar os impactos das práticas pedagógicas no processo de envelhecimento ativo, com ênfase na vivência de mulheres idosas; e) Caracterizar o perfil da população majoritariamente atendida nos projetos, destacando os marcadores sociais de gênero.

O trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa. No segundo capítulo a fundamentação teórica, com base nos conceitos de envelhecimento, inclusão social e educação em espaços não formais. No terceiro capítulo, discutem-se as experiências desenvolvidas no Campus XV da UNEB, especificamente nos projetos UATI e NUPESPI, destacando as contribuições da pedagogia nesse contexto. Por fim, nas considerações finais são retomadas as reflexões centrais do estudo, ressaltando suas contribuições para a promoção do envelhecimento ativo e da inclusão social de mulheres idosas.

1. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e fundamentou-se em revisão bibliográfica e análise documental de relatórios dos projetos UATI (Universidade Aberta à Terceira Idade) e NUPESPI (Núcleo de Pesquisas e Estudos em Educação Especial e Inclusão), nos quais atuei como monitora.

Conforme Gil (2008), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o tema, possibilitando a elaboração de hipóteses e interpretações fundamentadas. A pesquisa documental, conforme Marconi e Lakatos (2017), utiliza fontes previamente produzidas - como relatórios institucionais, registros audiovisuais e documentos acadêmicos - visando à interpretação de fenômenos por meio da análise de registros secundários.

As pesquisas foram realizadas em plataformas eletrônicas como Scielo, Google Acadêmico e periódicos da CAPES, caracterizando-se, portanto, como pesquisa bibliográfica de natureza eletrônica. Essa abordagem permitiu o aprofundamento teórico e empírico a partir de dados já disponíveis, dispensando a coleta de campo.

A partir da identificação das referências associadas ao conteúdo do trabalho, foi realizada uma pesquisa correlata (Lakatos e Marconi 2017, p. 59), que trata de: “a pesquisa correlata ou revisão da literatura consiste na análise crítica e sistematizada das produções acadêmicas que possuem relação com o tema estudado, servindo de base para o desenvolvimento do problema e da fundamentação teórica”.

A análise foi conduzida na identificação de núcleos de sentido presentes nos dados, organizando-os em categorias previamente definidas para o estudo: envelhecimento ativo, inclusão social, feminização da velhice e educação em espaços não formais. As etapas realizadas foram:

1. Levantamento e Revisão Bibliográfica: Foi realizada uma busca em bases eletrônicas para localizar livros, artigos e teses sobre os principais conceitos que fundamentam a pesquisa: envelhecimento ativo, inclusão social e educação em espaços não formais. Foram selecionadas obras que dialogaram diretamente com o problema de pesquisa, oferecendo a base teórica para a interpretação dos dados.

2. Pesquisa Correlata: Organizou-se uma revisão sistematizada da literatura com uma busca em fontes científicas para identificar métodos, resultados e contribuições já descritos na literatura, que subsidiaram a construção do quadro de pesquisa.

3. Construção de Quadro de Pesquisa: Os dados extraídos da pesquisa correlata foram organizados em quadros analíticos que sistematizaram práticas pedagógicas, características do público e os principais resultados descritos nos relatórios institucionais.

4. Análise Documental dos Projetos UATI e NUPESPI: Examinaram-se documentos institucionais e relatórios pedagógicos com os quais a pesquisadora possui vivência direta. Os materiais incluem registros de atividades, planos de ensino, avaliações e relatórios de acompanhamento. A análise buscou identificar as metodologias utilizadas, os conteúdos trabalhados e os impactos observados nas participantes.

5. Análise e Interpretação dos Dados: Os dados organizados foram analisados qualitativamente por meio da análise temática (Bardin, 2016), permitindo a categorização dos achados nas categorias de envelhecimento ativo, inclusão social, feminização da velhice e educação em espaços não formais.

6. Discussão: Os resultados foram comparados com a literatura revisada para identificar convergências, limitações e contribuições pedagógicas em espaços não formais para a promoção do envelhecimento ativo e da inclusão social de idosos, com ênfase na realidade vivida por mulheres em situação de vulnerabilidade.

7. Aspectos Éticos: Os dados analisados construíram-se predominantemente de relatório e documentos institucionais produzidos pelos próprios projetos. Não foram realizadas entrevistas ou coletas diretas com participantes para fins deste estudo. Os materiais foram tratados de forma anonimizada para preservar a identidade das participantes, quando foram citados relatos, estes constavam em relatos institucionais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O CONCEITO DE ENVELHECIMENTO ATIVO E SUA RELEVÂNCIA

O envelhecimento ativo é um conceito amplamente difundido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que responde ao aumento significativo da população idosa globalmente. Ele representa não apenas a ausência de doenças, mas a presença de saúde, participação e segurança, com o objetivo de garantir qualidade de vida durante o processo de envelhecimento. De acordo com a OMS (2005), o envelhecimento ativo busca otimizar oportunidades de saúde, participação e segurança para melhorar a qualidade de vida, à medida que as pessoas envelhecem, reconhecendo as capacidades e potenciais da pessoa idosa.

O envelhecimento ativo aplica-se tanto a indivíduos quanto a grupos populacionais. Permite que as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida, e que essas pessoas participem da sociedade de acordo com suas necessidades, desejos e capacidades; ao mesmo tempo, propicia proteção, segurança e cuidados adequados, quando necessários. (Organização Mundial da Saúde, 2005, p. 13).

Ou seja, o envelhecimento ativo refere-se a um processo que visa promover o bem-estar integral da pessoa idosa, permitindo-lhe exercer plenamente seu potencial físico, social e mental ao longo de toda a vida. Essa abordagem considera as necessidades, desejos e capacidades individuais, ao mesmo tempo em que assegura proteção, segurança e cuidados adequados sempre que necessário. Dessa forma, valoriza-se a participação ativa do idoso na sociedade, respeitando sua autonomia e promovendo sua inclusão social de forma digna e sustentável.

Convém ressaltar que o documento intitulado Envelhecimento ativo: uma política de saúde, elaborado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) como contribuição para a Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre Envelhecimento, realizada em abril de 2002 em Madri, Espanha, define o envelhecimento ativo como um processo que possibilita às pessoas idosas realizarem seu potencial de bem-estar físico, social e mental ao longo de toda a vida. Esse processo incentiva a participação ativa na sociedade, respeitando as necessidades, desejos e capacidades individuais, ao mesmo tempo em que assegura proteção, segurança e cuidados adequados sempre que necessário.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde (OMS, 2015), promover um envelhecimento saudável requer intervenções que vão além do cuidado com a saúde, incluindo a criação de ambientes acessíveis e a oferta contínua de oportunidades para a participação social. Essas ações são essenciais para garantir que a pessoa idosa mantenha sua autonomia, funcionalidade e

qualidade de vida, enfrentando menos barreiras físicas e sociais ao longo do processo de envelhecimento.

O autor Moragas (1997) destaca a importância de políticas públicas sensíveis à diversidade do envelhecimento, afirmando que as intervenções devem considerar gênero, classe social e condições culturais, uma vez que o envelhecimento não ocorre de forma homogênea entre os indivíduos. Para ele, o processo de envelhecer é profundamente marcado pela singularidade das trajetórias de vida, pelas condições sociais e culturais, e pelas experiências acumuladas ao longo do tempo. Como pontua:

[...] a velhice separa mais os idosos do resto dos cidadãos do que outros atributos cronológicos ou sociais. Suscita reações negativas e não é somente uma variável descritiva da condição pessoal da pessoa, como a aparência física, o estado de saúde, o sexo etc. (Moragas, 1997, p. 17)

Nesse sentido, torna-se evidente que o envelhecimento não deve ser analisado apenas sob uma ótica biológica ou cronológica, mas, sobretudo, como um processo social marcado por desigualdades estruturais. A afirmação de Moragas (1997), ao reconhecer que a velhice suscita reações negativas e afasta os idosos da convivência cidadã mais do que outros marcadores sociais, revela o peso do preconceito etário – o idadismo – na exclusão dessa população.

A complexidade do envelhecimento populacional exige que a análise vá além dos aspectos meramente biológicos ou cronológicos, incorporando uma compreensão ampla dos fatores sociais, culturais e econômicos que influenciam a qualidade de vida dos idosos. Nesse contexto, a autonomia surge como um conceito central para medir o bem-estar na velhice, pois ela reflete a capacidade dos indivíduos de manterem sua independência funcional e participarem ativamente da sociedade. Sobre esse aspecto, Kalache, Veras e Ramos (1987) afirmam:

O envelhecimento de sua população é uma aspiração natural de qualquer sociedade. Mas tal, por si só, não é bastante; é também importante almejar uma melhoria da qualidade de vida daqueles que já envelheceram ou que estão no processo de envelhecer. Manutenção de autonomia e independência é uma tarefa complexa que resulta dessa conquista social. (Kalache; Veras; Ramos, 1987, p. 209)

Essa abordagem reforça a necessidade de políticas públicas e ações educativas que promovam o protagonismo da pessoa idosa, garantindo condições para que ela envelheça com dignidade, inclusão e qualidade de vida. Além disso, o conceito de envelhecimento bem-sucedido tem sido amplamente discutido na literatura científica como uma construção que vai além da ausência de doenças, envolvendo aspectos funcionais, emocionais, sociais e subjetivos.

O envelhecimento ativo e a inclusão social de pessoas idosas estão intimamente ligados à existência de políticas públicas eficazes, capazes de articular diferentes áreas — saúde, educação,

assistência social, cultura e lazer — de forma intersetorial. Essas políticas devem reconhecer a velhice como uma etapa de direitos, contemplando ações que favoreçam a autonomia, a participação social e a melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido, o Plano de Ação Internacional de Madri sobre o Envelhecimento (ONU, 2002) destaca que o envelhecimento saudável requer ambientes acessíveis, oportunidades de participação contínua e segurança, de modo a assegurar que a pessoa idosa permaneça integrada à sociedade. No Brasil, esse compromisso é reforçado pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que garante o direito à educação, cultura, esporte, lazer e à participação comunitária, além de determinar que o poder público crie e mantenha programas específicos para essa faixa etária. A Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) também estabelece diretrizes para assegurar os direitos sociais, criando condições para a promoção de sua autonomia, integração e participação efetiva.

A literatura evidencia que políticas públicas inclusivas para idosos devem ir além da esfera da saúde, contemplando também a dimensão educativa. De acordo com Camargo (2017), a inclusão é um paradigma que valoriza as diferenças e potencializa a participação efetiva, criando vínculos de solidariedade e colaboração. Isso implica considerar o idoso como sujeito de direitos, com acesso contínuo a oportunidades de aprendizagem e de convivência.

Quando voltadas especificamente para mulheres idosas, essas políticas precisam levar em conta a interseccionalidade, reconhecendo que gênero, raça e classe influenciam profundamente as experiências de envelhecer (Gomes, 2023; Johner & Fioreze, 2021). Políticas intersetoriais devem, portanto, enfrentar desigualdades históricas e oferecer suporte que considere as especificidades desse grupo, desde a segurança econômica até o acesso a redes de apoio e atividades culturais e educativas.

Para Teixeira e Neri (2008, p. 83), essa ideia se configura como uma meta possível ao longo da vida, que depende da interação entre fatores biológicos e psicossociais. As autoras destacam:

[...] Apesar de haver diferentes definições operacionais enfatizando a capacidade funcional, as seguintes características foram também consideradas: satisfação com a vida, longevidade, ausência de incapacidade, domínio/crescimento, participação social ativa, alta capacidade funcional/independência e adaptação positiva.

Já a pesquisa realizada por Campos, Ferreira e Vargas, (2015, p. 2228) sobre envelhecimento ativo foram identificadas diferenças entre gêneros, associada a maior prevalência entre mulheres:

O envelhecimento ativo é diferente entre os gêneros, sendo que 64,7% dos idosos do grupo desfavorável são mulheres. (...) Uma possível explicação é alta prevalência de dependência

funcional entre as mulheres (33,0%) quando comparada aos homens (23,7%), bem como alta prevalência de depressão (34,4% no sexo feminino e 23,8% no sexo masculino).

As pesquisadoras afirmam que esta diferença de gênero tem relação com padrões de comportamento humano, associados a ocorrência de atitudes e eventos que poderão se tornar limites ou possibilidades para se alcançar um envelhecimento mais ativo e melhor qualidade de vida (Campos, Ferreira e Vargas, 2015).

As autoras demonstram na pesquisa que “o envelhecimento ativo está relacionado à maior longevidade dos idosos, boa participação social, melhorias nas condições de saúde e cuidado, com manutenção ou melhoria da qualidade de vida” (Campos, Ferreira e Vargas, 2015, p. 2229). Conclui-se que qualidade de vida e a participação em grupos são os principais determinantes de envelhecimento ativo, e que os demais fatores associados são diferentes para cada gênero (idem, 2015).

Com base nos autores e documentos analisados, constata-se que o envelhecimento ativo é um conceito amplo, que ultrapassa a ausência de doenças e se articula com aspectos sociais, culturais, econômicos e educacionais. A literatura evidencia que envelhecer com qualidade exige condições de participação, proteção, autonomia e aprendizado contínuo, especialmente para grupos historicamente vulnerabilizados, como as mulheres idosas. Nesse contexto, práticas pedagógicas inclusivas e políticas públicas sensíveis à diversidade tornam-se fundamentais para garantir uma velhice digna, cidadã e socialmente integrada.

2.2 O ENVELHECIMENTO FEMININO E SUAS ESPECIFICIDADES

O universo feminino é atravessado por múltiplas desigualdades que não se restringem ao gênero, mas incluem também classe social, raça e território, reforçando a perspectiva de que não é possível pensar políticas públicas eficazes para mulheres idosas sem considerar os contextos específicos que moldam suas experiências (Gomes, 2023).

A chamada feminização da velhice trata do fenômeno em que há “maior proporção de mulheres que de homens na população idosa, especialmente em idades mais avançadas” (Sousa et al., 2018 apud Cepellos, 2021, p. 3. Esse fenômeno também se caracteriza por “amplios diferenciais no volume de idosos por sexo” (Moreira, 1998 apud Cepellos, 2021, p.3, sendo mais duradouro entre as mulheres, devido à sua maior expectativa de vida (Moreira, 1998 apud Cepellos, 2021).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres representam cerca de 55,7% das pessoas com 60 anos ou

mais, evidenciando uma tendência clara de envelhecimento mais acentuado entre o sexo feminino (IBGE, 2023). Essa predominância feminina no grupo idoso não apenas revela a maior longevidade das mulheres, mas também aponta para desafios específicos que incidem sobre elas.

Corroborando com este dado, Camarano, Kanso e Mello (2004) analisam como o envelhecimento no Brasil está fortemente relacionado a desigualdades de gênero, ressaltando que a feminização da velhice e as disparidades regionais afetam diretamente a experiência do envelhecer. As autoras observam que a condição da mulher idosa é resultado de uma série de exclusões acumuladas ao longo da vida, o que as coloca em uma situação mais vulnerável na velhice. Como explicam:

[...] mesmo que a velhice não seja universalmente feminina, ela possui um forte componente de gênero. Por exemplo, mulheres idosas experimentam uma probabilidade maior de ficarem viúvas e em situação socioeconômica desvantajosa. A maioria das idosas brasileiras de hoje não teve um trabalho remunerado durante a sua vida adulta. (Camarano; Kanso; Mello, 2004, p. 30).

Ou seja, embora as mulheres representem a maioria entre os idosos no Brasil, isso não garante o reconhecimento de suas necessidades específicas nem sua valorização nos espaços sociais e políticos. O envelhecimento feminino é atravessado por desigualdades de gênero que se aprofundam com o tempo, retirando dessas mulheres o direito de serem vistas como sujeitos plenos. Gomes (2023, p. 37), afirma que

As pessoas estão envelhecendo e vivendo cada vez mais e, neste cenário, as mulheres vêm se destacando, uma vez que elas vivem mais do que os homens. Nesse sentido, o envelhecimento na contemporaneidade é considerado um fenômeno tipicamente feminino, denominado de feminização da velhice, dada a prevalência de mulheres que alcançam a longevidade em número maior do que os homens.

A referida análise nos leva a refletir sobre como o envelhecimento feminino tem se tornado cada vez mais visível em termos demográficos, mas ainda permanece invisibilizado nas esferas políticas, sociais e culturais. Embora a feminização da velhice revele um aumento expressivo da presença de mulheres idosas na população, não é acompanhada por políticas públicas que respondam adequadamente às suas necessidades específicas.

Tais violências simbólicas e estruturais também se refletem nas experiências subjetivas, onde mulheres idosas muitas vezes relatam sentimentos de abandono, solidão e inutilidade, o que afeta sua autoestima e saúde mental. A velhice, nesse caso, representa não apenas uma fase biológica, mas também uma construção social que pode excluir, marginalizar e fragilizar ainda mais aquelas que já foram historicamente oprimidas.

Além disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) destaca que o envelhecimento das mulheres deve ser compreendido de forma interseccional. Conforme Kyrillos (2020 apud Johner e

Fioreze, 2021), a teorização da interseccionalidade é uma ferramenta capaz de avaliar contextos e estruturas considerando as intersecções entre várias categorias além do gênero, permitindo lidar com múltiplas formas de opressão e discriminação simultâneas.

Outro aspecto relevante refere-se à invisibilidade e à afetividade na velhice, onde muitas mulheres idosas são viúvas, moram sozinhas ou não possuem vínculos familiares próximos, como apontam Paixão et al (2023, s/p),

[...] a invisibilidade social aumenta a vulnerabilidade dessas mulheres, expondo-as a condições de vida precárias e a um acesso limitado a cuidados de saúde e apoio psicológico. [...] muitas mulheres idosas enfrentam desafios financeiros e emocionais decorrentes dessa marginalização, uma vez que sua condição é frequentemente ignorada. Sem reconhecimento e apoio, elas estão em maior risco de desenvolver problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, agravados pelo isolamento.

Por outro lado, pesquisas indicam que, apesar das desigualdades acumuladas ao longo da vida, muitas mulheres idosas têm desenvolvido estratégias de resistência e reconstrução de suas identidades na velhice. Atividades como a participação em grupos comunitários, movimentos sociais e programas educativos e culturais têm proporcionado às mulheres idosas espaços de escuta, expressão e de valorização. Segundo Moraes (2011, p.436, apud Gomes, 2023, p. 42),

As mulheres enxergam seu próprio envelhecimento como um momento em que é possível a conquista de mais liberdade e autonomia em relação a outras fases da vida, ao passo que os homens valorizam menos essa etapa, considerando-a como uma época na qual predominam as perdas e reclusão

Deste modo, destaca a importância da velhice como um momento de redescoberta e valorização da autonomia feminina, contrapondo-se à visão tradicionalmente negativa e restritiva atribuída aos idosos, especialmente aos homens. A liberdade mencionada pelas mulheres idosas reflete um processo de superação das limitações impostas por um regime patriarcal que marcou as gerações anteriores. Conforme Gomes (2023, p. 58) enfatiza,

[...] a liberdade conquistada pelas mulheres idosas foi o aspecto mais destacado pelos autores. Essa liberdade a qual se referem os autores, é no sentido de que na velhice as mulheres encontram a liberdade para viverem sem as amarras que as prenderam durante toda a sua vida, uma vez que as mulheres idosas desses tempos vieram de um contexto geracional dos séculos XIX e XX no qual viviam presas em um regime patriarcal de dominação dos homens e aos padrões sociais que atribuíam às mulheres o papel social de mãe e esposa dedicada, submissa e obediente.

De acordo com Argimon et al. (2012, p. 85), a participação social de mulheres idosas em atividades coletivas pode ter impacto direto em sua saúde mental e no bem-estar geral. As autoras observaram que, em grupos de convivência, muitas mulheres expressam sentimentos de alegria, pertencimento e utilidade, o que reforça sua autoestima e reduz o isolamento, os autores apontam que na prática que, a forma de perceber a mulher idosa

[...] evidencia que estas começam a circular mais nos espaços sociais, antes restritos aos homens e, assim, ampliam a diversidade de suas atividades cotidianas e com os grupos que interagem. A criação de espaços de lazer para a terceira idade, esportes e atividades físicas, culturais e artísticas voltadas para estes grupos são importantes para se compreender como as mulheres idosas podem viver atualmente.

Assim, é entendido que o envelhecimento feminino, quando apoiado por políticas inclusivas e redes de apoio, pode ser uma fase de crescimento pessoal, conexão e reconstrução de sentidos. Além disso, a participação em espaços sociais e atividades coletivas é fundamental para ampliar o protagonismo das mulheres na terceira idade, contribuindo para a construção de uma identidade ativa e para a melhoria da qualidade de vida. Ao romper com os padrões tradicionais e restritivos do passado, essas mulheres encontram novos sentidos para essa etapa da vida, reforçando sua autonomia e autoestima.

O processo de envelhecer pode permitir que muitas mulheres se libertem de papéis sociais rigidamente atribuídos à juventude e à maternidade. Beauvoir (1970), em sua clássica obra *A Velhice*, já refletia sobre esse potencial transformador do envelhecimento ao afirmar que

[...] a vida do embrião, do recém-nascido, da criança, constitui uma incessante transformação. Seremos levados a concluir, como o fizeram alguns, que nossa existência é uma morte lenta? Certamente não. Semelhante paradoxo desconhece a verdade essencial da vida: ela é um sistema instável no qual se perde e se reconquista o equilíbrio a cada instante; a inércia é que é sinônimo de morte. A lei da vida é mudar. (Beauvoir, 1970, p.15)

Essa compreensão filosófica do envelhecimento se entrelaça com a crítica histórica e existencial da condição feminina feita por Beauvoir em *O Segundo Sexo*. A invisibilidade da mulher — e, em especial, da mulher idosa — tem raízes em um processo histórico de constituição da subjetividade feminina. Conforme retratado na obra *O Segundo Sexo – A experiência vivida*, a educação, as tradições e a cultura moldam a percepção que as mulheres têm de si mesmas e de seu papel social. Por isso, Beauvoir afirma que: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (Beauvoir, 1949, p.13)

Neste contexto, a pedagogia torna-se uma aliada importante para enfrentar essas desigualdades e potencializar as conquistas do envelhecimento feminino. Ao oferecer espaços de escuta, valorização da experiência e construção de vínculos, as práticas educativas podem promover a autoestima, o empoderamento e ampliar a participação social de mulheres idosas. Como reforça Soares, Istoe e Soares (2015, p. 177)

[...] a educação ocupa papel fundamental para os aspectos cognitivos durante o processo de envelhecimento, favorece a formação crítica do idoso, para que tenha condições de manter-se ativo e com maior inserção social, com consciência de seus valores, com potencialidade de articulação, de exigir mais respeito, dignidade, reivindicar os seus direitos e maior percepção de suas próprias competências.

Sendo assim, práticas pedagógicas voltadas para o envelhecimento ativo das mulheres devem estar comprometidas com a escuta sensível, o respeito às diferenças e a valorização das subjetividades. Projetos como a Universidade Aberta à Terceira Idade e ações desenvolvidas em espaços não formais mostram-se fundamentais na construção de uma velhice mais digna, participativa e plural.

2.3. A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO SOCIAL

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2005), a inclusão social no envelhecimento deve ser compreendida como um processo que busca ampliar as oportunidades de saúde, participação e segurança, de modo a promover uma melhor qualidade de vida na velhice. Essa abordagem valoriza o potencial das pessoas idosas para continuarem contribuindo com a sociedade e com seu próprio desenvolvimento, por meio da participação ativa, do aprendizado contínuo e do envolvimento social.

No contexto do envelhecimento, a inclusão significa garantir que as pessoas idosas possam continuar exercendo seus direitos, mantendo-se ativas, autônomas e reconhecidas socialmente. Nesse sentido, Camargo (2017, p.1) destaca que

A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Por isto, participam efetivamente. Segundo o referido paradigma, identidade, diferença e diversidade representam vantagens sociais que favorecem o surgimento e o estabelecimento de relações de solidariedade e de colaboração.

A promoção da inclusão social está intimamente ligada à concepção de envelhecimento ativo, que valoriza a autonomia, a participação e a aprendizagem ao longo da vida. Nesse sentido, os espaços não formais de educação emergem como importantes instrumentos para garantir que a pessoa idosa continue sendo protagonista da sua história.

Diante disso, a educação em espaços não formais tem se mostrado uma ferramenta essencial para a inclusão social das pessoas idosas, permitindo-lhes o acesso a conhecimentos, a socialização e o fortalecimento de vínculos comunitários. As práticas educacionais possibilitam romper com estereótipos negativos, idadistas e capacitistas associados ao envelhecimento, promovendo um ambiente de respeito às diferenças e valorização das subjetividades Segundo Costa, Moraes e Pillotto (2020, p. 2)

é possível pontuar a educação não formal como proposta ativa nos processos de elaboração de si, na (re)novação da subjetivação de seus envolvidos e na promoção de (res)significações nas relações com os outros, implicando (re)construções identitárias e (re)formulações culturais.

Vale ressaltar, portanto, que o capacitismo refere-se à discriminação ou preconceito contra pessoas com deficiência ou qualquer limitação funcional, baseado na ideia de que corpos considerados “fora do padrão” são menos capazes ou menos válidos. Conforme Vendramin (2019, apud Foresti et al., 2024, p. 6), “[...] o capacitismo como uma leitura que se faz sobre a pessoa com deficiência que considera o aspecto corporal como algo que as define como menos capazes”.

Por outro lado, o idadismo, ou ageísmo, é o preconceito com base na idade, frequentemente voltado contra os mais velhos, e se expressa através de atitudes, práticas institucionais e políticas públicas que marginalizam a velhice. Segundo Dórea (2021, p. 1), o idadismo se refere a “discriminar ou criar estereótipos, em geral negativos, para um indivíduo ou grupo de pessoas, baseado na idade cronológica”.

No contexto do envelhecimento, esse preconceito se manifesta quando a idade avançada é vista como um impedimento para a participação social ativa, o que contribui para a exclusão e desvalorização das pessoas idosas. Essa visão limitada impede o reconhecimento das potencialidades e saberes acumulados ao longo da vida, reforçando estereótipos negativos que marginalizam esse grupo social.

Esses preconceitos — muitas vezes sutis, mas profundamente enraizados — precisam ser enfrentados por meio de políticas públicas e ações educativas. Isso inclui valorizar os espaços não formais de educação, que promovem a participação ativa, o reconhecimento de saberes e o fortalecimento da autoestima entre as pessoas idosas. A educação, nesse sentido, assume um papel central para a promoção da inclusão social na velhice, pois, amplia o repertório simbólico dos sujeitos, fortalece vínculos sociais, favorecendo a autoestima. Para Freire (1987),

Tanto quanto a educação, a investigação que a ela serve, tem de ser uma operação simpática, no sentido etimológico da expressão. Isto é, tem de constituir-se na comunicação, no sentir comum uma realidade que não pode ser vista mecanicistamente compartimentada, simplistamente bem “comportada”, mas, na complexidade de seu permanente via a ser. (FREIRE, 1987, p. 56).

Ao considerar a velhice como uma etapa repleta de possibilidades e aprendizagens, a prática pedagógica configura-se como uma estratégia fundamental para enfrentar o isolamento, a invisibilidade e o preconceito contra as pessoas idosas. É nesse contexto que a educação em espaços não formais se mostra especialmente eficaz, pois oferece dinâmicas mais flexíveis, horizontais e dialógicas, que se adaptam às realidades e aos ritmos próprios dos participantes.

A educação em espaços não formais vem ganhando destaque por sua capacidade de complementar os processos educativos formais, especialmente quando se trata de promover aprendizagens significativas por meio da vivência prática. Esses ambientes – como museus, centros

culturais, praças, feiras, ONGs, universidades abertas – contribuem para a ampliação do repertório cultural, científico e social dos indivíduos, favorecem a inclusão, o respeito às diversidades e a valorização dos saberes cotidianos. Na universidade, atividades de extensão e pesquisa são desenvolvidas, ampliando a atuação acadêmica em espaços não formais, para Pereira (2010, p. 110),

[...] podemos dizer que o campo do estágio em espaços não escolares pode representar novos compromissos políticos no campo do currículo e especificamente na formação de docentes, pois, um dos maiores desafios dos estudantes, no retorno do campo de estágio, é saber como ressignificar as experiências culturais vivenciadas pelos grupos sociais, de forma que possam intervir na organização curricular e na formação docente.

A citação de Pereira (2010) evidencia a potência formativa dos estágios realizados em espaços não escolares, ao destacar que tais experiências extrapolam a simples observação ou intervenção prática. Elas provocam nos estudantes o desafio de ressignificar os saberes culturais vivenciados, permitindo-lhes compreender as complexidades da realidade social e suas implicações para a prática pedagógica.

Portanto, os estágios em espaços não escolares, quando articulados à extensão universitária, tornam-se oportunidades concretas para a construção de um compromisso ético-político com a transformação social, favorecendo uma formação docente crítica, reflexiva e socialmente engajada. Nesse sentido, da Costa Negrão e Dessimoni Morhy (2019, p. 2) destacam que

Os espaços não formais são amplamente reconhecidos como ambientes de grande potencial para o ensino de ciências. Desenvolver práticas nesses espaços não apenas possibilita ao indivíduo a construção do conhecimento científico a partir do palpável, como também oportuniza ganhos cognitivos e emocionais, os quais contribuem na formação do ser integral.

Essa perspectiva reforça a importância de utilizar abordagens interativas, dialógicas e contextualizadas, que proporcionem não apenas o aprendizado de conteúdos, mas também o fortalecimento da autonomia, da autoestima e da participação ativa na sociedade, valores fundamentais para a educação humanizadora e inclusiva.

A educação não formal é, portanto, intencional e planejada, mas ocorre em ambientes alternativos — como associações comunitárias, centros culturais, igrejas, praças, grupos de convivência e universidades abertas à terceira idade. Ela não segue as exigências da educação formal (como currículo rígido ou certificações), mas tem como foco a formação integral do sujeito e o fortalecimento da cidadania. Como afirma Pereira (2010, p. 110):

[...] Ao circularem entre a universidade, as comunidades e as escolas, os estudantes podem ajudar a construir uma rede de relações e de conhecimento que permita fazer uma leitura crítica e uma reinterpretação dessas realidades, com vista a uma contextualização que envolve conhecer os determinantes históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais que circundam essa realidade, de forma que possam trazer para as reformas curriculares, para o interior das escolas, outras possibilidades de aprendizagem que existam fora dos ambientes institucionais.

Essa modalidade educativa está alinhada ao conceito de aprendizagem ao longo da vida, que compreende o processo de ensino-aprendizagem como contínuo e permanente, ultrapassando os limites da infância e juventude. Trata-se de um percurso que abrange todas as etapas da existência humana, adaptando-se a diferentes contextos, demandas e interesses conforme o indivíduo avança nas diversas fases da vida. Segundo o Ministério da Educação (2010), essa aprendizagem contínua envolve múltiplos espaços e formas de educação, visando ao desenvolvimento integral do sujeito e à sua participação ativa na sociedade.

Quando aplicada à velhice, a abordagem da educação ao longo da vida permite que os idosos se vejam como protagonistas de seus próprios processos formativos, valorizando suas experiências e saberes acumulados. Essa perspectiva amplia o conceito de aprendizagem, que não se limita ao ambiente formal (como a escola), mas se estende a espaços comunitários e culturais, promovendo autonomia, autoestima e participação social contínua.

Os relatos de projetos como a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) e os núcleos de extensão em saberes populares demonstram os impactos positivos das atividades educativas na saúde mental, na memória, na convivência social e no bem-estar dos participantes. Essas iniciativas exemplificam como a educação em espaços não formais pode ser um poderoso instrumento de inclusão social. Azevedo (2015, p. 76), ao estudar estratégias educacionais para pessoas idosas, aponta que:

A participação em atividades educativas não formais promove a revitalização da autoestima, o resgate do desejo de aprender e o fortalecimento das relações interpessoais. Os idosos passam a se reconhecer como sujeitos do presente, não apenas como memória do passado.

Essas práticas dialogam também com os princípios do documento brasileiro sobre o envelhecimento, o Estatuto do Idoso (2003) e com o Plano de Ação Internacional de Madri (2002), reforçando que o compromisso com a inclusão social exige ações que ampliem o apoio a iniciativas em espaços não formais, que frequentemente operam com recursos financeiros, de infraestrutura e logística, limitados, mas com um imenso potencial transformador.

Portanto, pensar a educação em espaços não formais como estratégia de inclusão social é reconhecer seu potencial para combater a exclusão, o capacitismo, o idadismo, a solidão e o preconceito contra a velhice. É afirmar que aprender não tem idade e que a educação pode — e deve — ser um direito permanente e acessível, promovendo o envelhecimento com dignidade, autonomia e pertencimento.

Assim, a educação em espaços não formais configura-se como uma ferramenta essencial para a inclusão social de pessoas idosas, não apenas por permitir a continuidade da aprendizagem ao longo

da vida, mas principalmente por acolher os sujeitos em sua integralidade, respeitando suas trajetórias, ritmos e saberes acumulados. Esse tipo de educação amplia os horizontes tradicionais da escolarização, valorizando práticas formativas que acontecem em ambientes diversos e que promovem o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões: cognitiva, emocional, afetiva e social.

Nesse contexto, a ludicidade emerge como um elemento central para o processo educativo na velhice, segundo (Moreira, 2010), o termo lúdico vem do latim e cobre todo o terreno do jogo com uma única palavra: *ludus*. *Ludus* é alegria e liberdade, abrange os jogos infantis, teatrais e os jogos de azar, refere-se a: brinquedo, jogo, divertimento e passatempo.

O lúdico, quando inserido em práticas pedagógicas voltadas ao público idoso, representa uma oportunidade de resgate da autonomia, da autoestima e do prazer em aprender. Isso porque as atividades lúdicas proporcionam não apenas momentos de descontração, mas também permitem aos idosos expressarem suas memórias, afetos, desejos e reflexões sobre a vida, promovendo, assim, uma aprendizagem significativa e afetiva. Além disso, como destaca Nakamura, A., & Hildebrand, H. R. (2020), p. 282 no artigo brincar na velhice, publicado na revista *Kairós*,

[...] pode-se ver que alguns idosos fazem dos jogos uma atividade lúdica e outros, experiências lúdicas. Em ambos os casos são percebidas as sensações positivas permitidas pelo jogo, e, em adição, atesta-se a contribuição social dos jogos [...] tornando-se novamente visíveis, lembrando a todos que se pouco conversam, em tudo prestam atenção, e tão logo tenham condições, ou lhes sejam dadas as oportunidades de interação e comunicação, manifestam-se e apresentam-se com coerência.

Assim, o brincar pode ser compreendido como uma forma de resistência subjetiva diante dos estereótipos que associam a velhice à passividade e à inutilidade. Ao brincar, o idoso se reconecta com sua identidade mais espontânea, exercita sua criatividade e rompe com padrões rígidos de comportamento socialmente impostos. Nessa perspectiva, o lúdico não é apenas uma estratégia pedagógica, mas também uma forma de cuidado, de expressão simbólica e de reafirmação do lugar do idoso como sujeito ativo e criador de cultura.

A criatividade, por sua vez, também desempenha um papel fundamental no processo de resignificação da experiência de envelhecer. Em espaços educativos não formais, os idosos são convidados a criar, imaginar e elaborar novas formas de existir e de se relacionar com o mundo. Atividades como oficinas de arte, contação de histórias, escrita de memórias, teatro e música, por exemplo, permitem que os participantes elaborem suas vivências e construam sentidos para essa etapa da vida, muitas vezes marcada por perdas, isolamento e invisibilidade social. Ao exercer sua criatividade, o idoso se reconhece como alguém que ainda pode contribuir, participar, transformar — e isso é profundamente empoderador.

Dessa forma, os espaços não formais que integram a ludicidade e a criatividade em suas propostas pedagógicas se configuram como territórios de acolhimento, pertencimento e valorização da pessoa idosa. Neles, o envelhecer deixa de ser visto como um processo de declínio e passa a ser compreendido como uma fase de expressão, liberdade e potência. A promoção de uma velhice ativa, participativa e integrada à sociedade, portanto, exige o compromisso com práticas educativas que respeitem as singularidades da velhice e reconheçam a importância do brincar e da criação como caminhos possíveis para uma vida mais digna e plena.

Ao investir em abordagens que valorizam a diversidade de experiências e a participação ativa, essas práticas fortalecem não apenas o aprendizado, mas também o sentido de pertencimento e o bem-estar na terceira idade. Assim, a educação voltada para pessoas idosas deve ser entendida como um processo contínuo e diversificado, capaz de contribuir significativamente para um envelhecimento mais digno, ativo e integrado à sociedade.

3. PESQUISAS CORRELATAS SOBRE ENVELHECIMENTO ATIVO, INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS

A fundamentação teórica desenvolvida neste trabalho foi orientada por um levantamento inicial das principais temáticas relacionadas ao envelhecimento ativo, à inclusão social e à educação em espaços não formais. Esse levantamento foi sistematizado por meio de uma tabela que organizou os conteúdos a serem explorados, os indicadores de análise e as referências bibliográficas fundamentais, como se encontra no quadro 1 abaixo.

QUADRO 1. IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS TEMÁTICAS DA PESQUISA

Conteúdos / Variáveis	Indicadores	Referências Bibliográficas
Envelhecimento na contemporaneidade	Velhice e contemporaneidade	DÓREA, E. R. Idadismo: um mal universal pouco percebido. <i>Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia</i> , Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-8, 2021. KALACHE, A.; VERAS, R. P.; RAMOS, L. R.. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. <i>Revista de Saúde Pública</i> , v. 21, n. 3, p. 200–210, jun.

		<p>1987. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-89101987000300005</p> <p>MORAGAS, R. Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.</p> <p>OMS. Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde. Genebra: OMS, 2015.</p>
<p>Envelhecimento de mulheres / Construção da identidade de mulheres idosas</p>	<p>Recorte de gênero e classe social; Aumento da população idosa feminina; Vulnerabilidade de mulheres idosas.</p>	<p>ARGIMON, I. I. de L.; PIZZINATO, A.; ECKER, D. D.; LINDERN, D.; TORRES, S. Velhice e Identidade: Significações de Mulheres Idosas. Revista Kairós-Gerontologia, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 79–99, 2012. DOI: 10.23925/2176-901X.2011v14i3p79-99. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/1005 Acesso em: 26 abr. 2025</p> <p>BEAUVOIR, S. de. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.</p>

		<p>BEAUVOIR, S. de. O segundo sexo: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.</p> <p>CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. As condições de vida das pessoas idosas no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 25-74. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13839</p> <p>CAMARANO, A. A. et al. A feminização da velhice: um olhar sobre o envelhecimento da população feminina no Brasil. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 21, n. 1, p. 59-75, 2004. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/88dd/b884bc8d54a276725d2e9be45bc532f2a24c.pdf</p> <p>CEPELLOS, V. M.. FEMINIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO: UM FENÔMENO MULTIFACETADO MUITO ALÉM DOS NÚMEROS. Revista de Administração de Empresas, v. 61, n. 2, p. e20190861, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-759020210208</p>
--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>GOMES, A. F. dos S. Velhice feminina: um debate feminista. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 31, n. 2, 2023.</p> <p>JOHNER, Kenia; FIOREZE, Cristina. O feminino na interseccionalidade e envelhecimento humano. In: CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 10., 2021, Niterói. Anais do 10.º CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói: Even3, 23 dez. 2021. Trabalho completo e resumo expandido. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/xc22021/429446-o-feminino-na-interseccionalidade-e-envelhecimento-humano/</p> <p>PAIXÃO, Adriana do Nascimento; SOUZA, Clenilsa Maia de; ANDRADE, Darlison William Reis; SOUZA, Livia; OLIVEIRA, Mirla Gomes de; SILVA, Thainá Figueiredo da; MELO, Willams Costa de; OLIVEIRA, Adriano dos Santos. A invisibilidade social feminina na terceira idade. Revista ft, Maringá, v. 10, n. 1, p. 1–xx, 2024. DOI: 10.69849/revistaft/fa10202411300716. Disponível em: https://revistaft.com.br/a-invisibilidade-social-feminina-na-terceira-idade/.</p>
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>O aumento da população idosa no mundo e no Brasil</p>	<p>Projeções demográficas; Crescimento da população 60+; Dados censitários.</p>	<p>BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2022: população idosa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.</p> <p>POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO. Lei nº 8.842/1994.</p> <p>OMS. Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde. Genebra: OMS, 2015.</p>
<p>O envelhecimento ativo</p>	<p>Definições e diretrizes da OMS; Participação social, autonomia, saúde e segurança na velhice.</p>	<p>AZEVEDO, L. M. de. Estratégias educacionais para pessoas idosas: contribuições para o envelhecimento ativo. Revista Kairós Gerontologia, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 75-91, 2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2658 Acesso em: março 2025.</p> <p>TEIXEIRA, I. N. A.; NERI, A. L. Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso da vida. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 81-89, 2008.</p>

		<p>JOHNER, L. M.; FIOREZE, A. Envelhecimento e interseccionalidade: implicações para a formulação de políticas públicas. Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 39, n. 3, p. 1-20, 2021.</p> <p>CAMPOS, A. C. V.; FERREIRA, E. F. E .; VARGAS, A. M. D.. Determinantes do envelhecimento ativo segundo a qualidade de vida e gênero. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, n. 7, p. 2221–2237, jul. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.14072014.</p>
Aprendizagem ao longo da vida	Processos de aprendizagem na velhice.	<p>MOREIRA, N. Educação de adultos e aprendizagem ao longo da vida. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Educação ao longo da vida: políticas públicas no Brasil. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: https://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012183.pdf</p>
Inclusão social da pessoa idosa	Impacto de atividades culturais,	<p>COSTA, Rita de Cássia Fraga da; MORAES, Taiza Mara Rauen; PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. A</p>

	<p>educacionais e recreativas na qualidade de vida dos idosos; Participação em projetos e redes de apoio.</p>	<p>Educação para/com idosos: caminhos alternativos de inclusão social. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 1-21, 2020. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/dialogia/articloe/download/16698/8217/72889</p> <p>CAMARGO, E. P. DE .. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Ciência & Educação (Bauru), v. 23, n. 1, p. 1–6, jan. 2017. Disponível em: _doi: https://doi.org/10.1590/1516-731320170010001 Acesso em: maio 2025.</p> <p>FORESTI, TAIMARA et al . O CONCEITO DE CAPACITISMO EM ARTIGOS NACIONAIS: UM ESTUDO TEÓRICO. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 24, e23909, 2024 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2024000100701&lng=pt&nrm=iso</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Educação em espaços não formais	Programas educacionais para idosos; Benefícios cognitivos e emocionais da aprendizagem na terceira idade.	<p>NEGRÃO, Felipe da Costa; MORHY, Priscila Eduarda Dessimoni. A inserção da disciplina de educação em espaços não formais no curso de Pedagogia. REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, Manaus, v. 7, n. 3, p. 533–550, set./dez. 2019. Disponível em: https://portal.amelica.org/ameli/journal/437/4371998016/html/ Acesso em: 28 jun. 2025</p> <p>PEREIRA, A. L. N. Educação em espaços não escolares: desafios e possibilidades na formação docente. Revista Brasileira de Educação, Brasília, v. 15, n. 44, p. 107-120, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/BYDPpNVDbMJfS9Rz7jNkYKP/. Acesso em: março 2025.</p> <p>SOARES, M. R. P. et al. Envelhecimento e aprendizagem: a educação em discussão. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 20, n. 60, p. 45-66, 2015.</p>
Participação social e bem-estar da pessoa idosa	Relatos institucionais sobre metodologias, atividades e impactos; Análises	SANTOS, H. C. dos. Relatório Final – NUPESPI. Valença: UNEB, 2023. (Documento Interno).

	de práticas pedagógicas.	<p>SANTOS, H. C. dos. Relatório Final – UATI. Valença: UNEB, 2024. (Documento Interno).</p> <p>SOUZA, J. Práticas pedagógicas para idosos em espaços não formais. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, n. 3, p. 120-138, 2021.</p> <p>SPGU-SIP. Relatório final de atividades – UATI – 2025a. Valença: UNEB – Campus XV, 2025. (Documento Institucional Não Publicado).</p> <p>SPGU-SIP. Relatório final de atividades – NUPESPI – 2025. Valença: UNEB – Campus XV, 2025. (Documento Institucional Não Publicado).</p>
--	--------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: dados da pesquisa 2025

Foram levantados relatos de pesquisas, artigos e livros tendo como critérios de inclusão estarem em acordo com a temática da pesquisa, serem referência na área e estarem escritos em português. Abaixo segue o quadro de pesquisas correlatas, indicando as referências utilizadas bem como observações pertinentes sobre o seu uso no texto.

QUADRO 2: RESULTADO DA PESQUISA CORRELATA

Título da Pesquisa	Ano	Objetivos	Tipo de Pesquisa	Principais Resultados
Determinantes do envelhecimento ativo segundo a qualidade	2015	Analisar fatores associados ao envelhecimento ativo em idosos,	Quantitativa (Estudo de base populacional)	O envelhecimento ativo está associado a melhores condições socioeconômicas, estado

de vida e gênero (Campos et al.)		considerando qualidade de vida e gênero.		de saúde e participação social. As mulheres apresentaram maiores limitações para o envelhecimento ativo.
Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso da vida (Teixeira e Neri)	2008	Investigar os indicadores de envelhecimento bem-sucedido e suas relações com condições de vida em idosos.	Quantitativa (Estudo transversal com idosos)	Identificou-se que a satisfação com a vida, saúde subjetiva positiva e rede de apoio social são fatores-chave para o envelhecimento bem-sucedido.
Velhice e Identidade: significações de mulheres idosas (Argimon et al.)	2011	Analisar a construção da identidade em mulheres idosas.	Qualitativa (Estudo de caso com entrevistas)	As idosas percebem a velhice de forma ambivalente: entre perdas e ganhos. A valorização social e familiar influencia positivamente a construção da identidade.
A invisibilidade social feminina na terceira idade: desafios e perspectivas (Paixão et al.)	2024	Investigar os processos de invisibilidade social vivenciados por mulheres idosas.	Qualitativa (Entrevistas semiestruturadas)	Constatou-se que a invisibilidade é reforçada por questões de gênero, baixa escolaridade e ausência de políticas públicas voltadas para esse grupo.
Envelhecimento e aprendizagem: a educação em	2015	Analisar as práticas de aprendizagem com idosos em	Qualitativa (Estudo de campo)	Concluiu que a participação em atividades educativas promove autonomia,

discussão (Soares et al.)		espaços educativos não formais.		integração social e estimula o processo de aprendizagem ao longo da vida.
Determinantes psicossociais da inclusão social em idosos (Costa et al.)	2020	Investigar como práticas educacionais impactam a inclusão social de idosos.	Qualitativa (Análise documental e entrevistas)	Mostrou que atividades culturais e educativas fortalecem a autoestima, o pertencimento e o protagonismo social entre idosos.
Envelhecimento e interseccionalidade: implicações para a formulação de políticas públicas (Johner e Fioreze)	2021	Analisar como gênero, classe, etnia e geração influenciam o envelhecimento.	Qualitativa (Estudo exploratório)	Apontou a necessidade de políticas públicas que considerem as múltiplas dimensões identitárias na velhice.
Práticas pedagógicas para idosos em espaços não formais (Souza)	2021	Analisar metodologias pedagógicas aplicadas a idosos em espaços educativos não escolares.	Qualitativa (Pesquisa de campo)	Constatou-se que práticas pedagógicas participativas e dialogadas promovem inclusão e melhor qualidade de vida entre os idosos.

Fonte: Dados da pesquisa 2025

O quadro acima reúne as principais pesquisas e documentos que fundamentam o estudo sobre envelhecimento ativo, inclusão social e educação em espaços não formais, com ênfase em aspectos femininos do envelhecimento. Destacam-se estudos demográficos que evidenciam o envelhecimento acelerado da população brasileira, acompanhados por pesquisas que discutem as especificidades do envelhecimento feminino, como maior longevidade, desafios sociais e a importância da educação para a cidadania ativa na terceira idade.

Os documentos legislativos como o Estatuto do Idoso (2003) e a Política Nacional do Idoso demonstram a preocupação institucional com a garantia dos direitos e a inclusão da população idosa, enquanto os relatórios técnicos da OMS e estudos nacionais apontam para a necessidade de políticas integradas que promovam saúde, participação social e segurança para esse grupo.

O envelhecimento ativo, conforme definido pela OMS, envolve a possibilidade de manter saúde, participação e segurança ao longo da vida. As pesquisas reunidas evidenciam que a educação em espaços não formais é um importante fator para estimular essa participação e promover o bem-estar, especialmente para mulheres idosas que, apesar de viverem mais, enfrentam desafios como baixa renda e isolamento social.

Sobre a inclusão social, outro conceito-chave, Camargo (2017), destaca como essencial para garantir que os idosos, especialmente as mulheres, não sejam excluídos das práticas sociais, culturais e educacionais. Espaços não formais — como centros comunitários, projetos de extensão universitária (exemplo do UATI e NUPESPI) — oferecem oportunidades de aprendizagem que ampliam a cidadania e fortalecem a autoestima dos idosos.

Embora haja consenso sobre os benefícios da educação não formal e das práticas culturais, há poucos estudos longitudinais que acompanhem os impactos dessas ações no longo prazo, especialmente entre mulheres idosas em situação de vulnerabilidade. Essa constatação justifica e reforça a pertinência do presente estudo, que busca contribuir para o entendimento das potencialidades pedagógicas dos espaços não formais na promoção do envelhecimento ativo e da inclusão social da população idosa, com enfoque especial no público feminino.

Além disso, a resiliência e o apoio social — conforme destacado por Gomes (2023) e Paixão et al. (2024) — são elementos fundamentais no enfrentamento das adversidades vividas por mulheres idosas. Esses fatores se relacionam diretamente com a capacidade dessas mulheres de ressignificarem sua história de vida, mesmo diante das perdas acumuladas. A existência de vínculos afetivos, a participação em grupos sociais e a presença de espaços de convivência contribuem não apenas para a saúde emocional, mas também para a reconstrução da identidade e da autonomia na velhice.

Pesquisas como a de Argimon et al. (2012) e de Johner e Fioreze (2021) também enfatizam o papel das redes de apoio no fortalecimento da autoestima e no combate à solidão, sobretudo entre aquelas que enfrentam o luto, a aposentadoria e o distanciamento familiar. Nessas circunstâncias, práticas educativas inclusivas e afetivas são vistas como potentes estratégias de cuidado e pertencimento, especialmente quando acontecem em espaços que valorizam a escuta, o diálogo e a expressão da subjetividade.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer a diversidade de experiências no envelhecimento feminino, visto que, há mulheres que, ao adentrarem à velhice, encontram nesse período uma oportunidade de reinvenção, como indicam as reflexões de Beauvoir (1970) e Moraes (2011). Nesse sentido, o envelhecimento pode ser compreendido não apenas como tempo de perdas, mas também como tempo de libertação dos papéis sociais historicamente atribuídos à figura feminina. A construção de um novo olhar sobre si mesmas, agora livres de muitas amarras patriarcais, possibilita o florescimento de projetos pessoais, a retomada de sonhos adiados e o fortalecimento da autonomia.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que enfrentam situações de maior vulnerabilidade emocional e econômica, as mulheres idosas também demonstram significativa capacidade de resistência e reinvenção. Como mostram Gomes (2023), Paixão et al. (2024) e Johner e Fioreze (2021), esse grupo vem assumindo um papel cada vez mais ativo na construção de uma velhice participativa, o que evidencia a urgência de políticas públicas e práticas pedagógicas que reconheçam não apenas as desigualdades de gênero, mas também as potencialidades da velhice feminina.

Como discutido anteriormente, o envelhecimento ativo e a inclusão social de mulheres idosas exigem políticas e práticas educativas sensíveis às especificidades de gênero, território e trajetória de vida. Se, por um lado, as desigualdades históricas impõem desafios à velhice feminina, por outro, espaços de aprendizagem não formal podem funcionar como potentes instrumentos de transformação social, acolhimento e empoderamento.

Diante dos desafios e potencialidades do envelhecimento feminino discutidos até aqui, é fundamental ilustrar como práticas pedagógicas desenvolvidas em espaços não formais podem fomentar inclusão social, protagonismo e autoestima na velhice. A seguir, são apresentados dois exemplos concretos de atuação pedagógica voltada para o envelhecimento ativo e o fortalecimento de vínculos intergeracionais: a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) e o Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Educação Especial e Inclusão (NUPESPI), ambos desenvolvidos no Departamento de Educação do Campus XV da UNEB – Valença/BA.

4. ILUSTRAÇÃO DE CASO: UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE (UATI) E O NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO (NUPESPI)

A atuação da pedagogia em espaços não escolares vem ganhando força nas últimas décadas, especialmente no campo da extensão universitária. Nesse cenário, os projetos UATI – Universidade Aberta à Terceira Idade e o NUPESPI – Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Educação Especial e

Inclusão, ambos vinculados ao Departamento de Educação da UNEB – Campus XV (Valença/BA), se destacam como experiências concretas que integram ensino, pesquisa e extensão com foco no envelhecimento ativo e na inclusão social.

A UATI tem como proposta central promover a valorização da pessoa idosa por meio de ações educativas, culturais e sociais que estimulem a autonomia, o protagonismo e o pertencimento. Oficinas temáticas, rodas de conversa, eventos culturais, dinâmicas intergeracionais e ações de autocuidado compõem a programação oferecida semanalmente, proporcionando aos idosos a oportunidade de acessar o ambiente universitário, compartilhar suas vivências e exercer a cidadania.

A partir da disciplina Direito da Pessoa Idosa, ministrada no âmbito do projeto, surgiu a iniciativa “Conhecer para viver melhor”, que desenvolveu oficinas, palestras e produziu uma cartilha acessível com informações sobre direitos fundamentais, em articulação com a Câmara de Vereadores e associações de bairro, ampliando o impacto social da proposta (SPGU-SIP, 2025a).

Mais do que um espaço de lazer ou ocupação, a UATI configura-se como um território de escuta ativa e reconhecimento da diversidade etária como dimensão essencial da formação humana. Com apoio de uma equipe multidisciplinar e parcerias com secretarias municipais, universidades e movimentos sociais, a proposta fortalece os laços comunitários e combate a discriminação etária, conforme as diretrizes do Estatuto do Idoso e da Política Nacional da Pessoa Idosa.

Já o NUPESPI articula ações voltadas à inclusão de grupos historicamente vulnerabilizados, atuando como espaço de estudo, produção de conhecimento e práticas extensionistas. Em 2023, desenvolveu o subprojeto “Envelhe (SER) em Comunidade: Conhecer para Cuidar”, em parceria com a Casa Francisco de Assis e a UATI, voltado ao cuidado com a velhice enquanto direito social.

A proposta se estruturou a partir das três dimensões do cuidado descritas por Wiese, Dal Prá e Miotto (2017): cuidar, ser cuidado e cuidar de si. Por meio de oficinas de memória, rodas de conversa, atividades culturais e exposições afetivas, as mulheres idosas participantes foram estimuladas a expressar suas histórias, fortalecer sua identidade e se reconectar com o próprio valor e papel social (SPGU-SIP, 2025b).

Além das ações internas, o projeto buscou sensibilizar a comunidade valenciana, envolver jovens e profissionais da saúde e educação em espaços interinstitucionais de escuta, diálogo e valorização da pessoa idosa. A proposta reafirma a universidade como espaço de defesa da inclusão, das ações afirmativas e da responsabilidade social, conforme expresso nos objetivos da extensão universitária da UNEB.

Ambos os projetos se baseiam em uma perspectiva pedagógica que rompe com o modelo tradicional da sala de aula e amplia os horizontes da formação docente, valorizando o território, a

escuta ativa, a afetividade e o reconhecimento das trajetórias de vida como conteúdos formativos. A presença constante das mulheres idosas nos espaços da universidade, dialogando com estudantes, professores e gestores, reafirma o compromisso institucional da UNEB com a diversidade, a equidade de gênero e o envelhecimento com dignidade.

Como monitora institucional participante desses dois projetos (2023 e 2024), pude vivenciar na prática o que autores como Paulo Freire (1987), Gomes (2023) e Paixão et al. (2024) defendem em seus escritos: que a educação libertadora nasce da relação entre sujeitos e da escuta dos contextos. A UATI e o NUPESPI, cada um à sua maneira, mostram que é possível pensar a pedagogia como campo de cuidado, reconstrução identitária e participação cidadã, especialmente quando voltada para públicos historicamente invisibilizados.

A seguir, apresenta-se o **Quadro 3**, com a sistematização das práticas realizadas nos projetos UATI e NUPESPI, com base na experiência da monitora.

QUADRO 3 – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS NOS PROJETOS UATI E NUPESPI

Projeto	Atividade	Objetivo	Metodologia	Impactos observados
UATI	Oficinas lúdicas e artísticas (flores, recicláveis, porta-retratos)	Desenvolver coordenação, criatividade e interação	Oficinas práticas e dinâmicas colaborativas	Aumento da autoestima, expressão criativa, fortalecimento do grupo
UATI	Rodas de conversa sobre direitos e política	Estimular a cidadania e o protagonismo social	Diálogos com convidados e leitura de leis	Participação crítica, empoderamento e valorização da voz das idosas
UATI	Atividades culturais (festa junina, dança, cinema, coral)	Promover lazer, pertencimento e inclusão	Eventos integradores	Fortalecimento de vínculos, valorização da cultura local e alegria coletiva
UATI	Dia de Beleza e Saúde	Incentivar autocuidado e bem-estar	Atendimento em grupo com apoio de profissionais	Melhoria da autoestima e cuidado com a saúde física e emocional
NUPESPI	Atividade de construção coletiva de memória	Valorizar a memória e a identidade das idosas	Oficinas de desenho, escritas	Construção coletiva de memórias, reconhecimento de histórias de vida, pertencimento
NUPESPI	Roda de conversa e exposição final	Encerrar as atividades e refletir sobre os aprendizados	Compartilhamento de experiências e exposição do Painel das Mulheres Guerreiras	Celebração das conquistas, sentimento de realização e valorização da trajetória vivida

Fonte: SANTOS, H. C. dos. Relatório de Monitoria – UATI e NUPESPI – 2023-2024. Valença: UNEB – Campus XV, 2025. (Documento interno da autora).

As experiências vividas nos projetos UATI e NUPESPI evidenciam o poder transformador da educação em espaços não formais para a vida das pessoas idosas, neste caso em específico, as mulheres idosas. As atividades realizadas contribuíram significativamente para o fortalecimento da autoestima, a criação de vínculos afetivos e a promoção do protagonismo feminino na velhice. As participantes relataram sentimento de pertencimento, alegria, liberdade de expressão e redescoberta de suas próprias histórias.

As práticas desenvolvidas dialogam com os pressupostos defendidos por Argimon et al. (2012), que destacam a importância da participação social no bem-estar emocional na velhice, e por Johner e Fioreze (2021), que reforçam a construção da identidade por meio da intensificação dos vínculos nas relações sociais. O projeto ‘envelhe(SER) em comunidade: conhecer para cuidar’, em especial, ecoa os princípios do Plano de Madri (2002) ao enfatizar a promoção da saúde, do bem-estar e da dignidade na velhice.

Por meio de atividades lúdicas, culturais e afetivas, foi possível reconhecer nas idosas o papel de não apenas participantes de um projeto, mas de verdadeiras protagonistas de suas trajetórias. A construção do Painel das Mulheres Guerreiras, por exemplo, simbolizou a ressignificação do lugar social da mulher idosa e reafirmou a potência de suas vivências.

Ao promover o diálogo entre gerações, atividades de bate papo com jovens, atividades culturais envolvendo várias gerações em projetos como a UATI também fomentaram a intergeracionalidade como valor educativo e comunitário, aproximando universidade e sociedade. Trazer à tona os aspectos positivos da vida de mulheres idosas — suas memórias, afetos, contribuições sociais e trajetórias de resistência — foi um dos maiores méritos desses projetos, que possibilitaram que essas mulheres se vissem e fossem vistas não apenas como cuidadoras ou avós, mas como sujeitos históricos com voz, saberes e potência transformadora.

A valorização dessas experiências contribuiu para ressignificar a velhice feminina como um tempo de criação, reconhecimento e cidadania ativa. Os aspectos positivos da vida de mulheres idosas, muitas vezes silenciados socialmente, emergem com força quando lhes são oferecidos espaços de escuta, expressão e reconhecimento. Através das oficinas, rodas de conversa e atividades culturais realizadas nos projetos UATI e NUPESPI, foi possível evidenciar elementos como a sabedoria acumulada ao longo da vida, a capacidade de resiliência diante das adversidades, o senso de humor como ferramenta de enfrentamento, e, sobretudo, a potência afetiva e comunitária que essas mulheres carregam.

Muitas participantes relataram sentir-se “úteis novamente”, “vivas” e “inspiradas a continuar aprendendo”, o que demonstra que a velhice, longe de ser um tempo de declínio, pode

ser um tempo de criação, liberdade e reconstrução identitária. Esses aspectos positivos não apenas fortalecem o bem-estar emocional, como também promovem uma inserção social mais justa, ativa e digna — em sintonia com o que Gomes (2023) e Argimon et al. (2012) apontam ao destacar a importância da afetividade, do pertencimento e do reconhecimento social na velhice feminina.

Com base nessas experiências, torna-se evidente que as práticas pedagógicas inclusivas, sensíveis ao gênero e ao ciclo da vida, são fundamentais para garantir a cidadania plena das mulheres idosas. Os projetos da UNEB – Campus XV demonstram que é possível construir ambientes educativos que respeitam a diversidade, valorizam os saberes populares e transformam a educação em um ato de cuidado, resistência e reconhecimento.

As práticas desenvolvidas nos projetos UATI e NUPESPI não apenas confirmam, mas materializam, de forma concreta e sensível, os pressupostos teóricos que fundamentam este trabalho. Ao longo da monitoria, foi possível testemunhar — e também provocar — transformações subjetivas e coletivas entre as mulheres idosas participantes. O que antes parecia restrito ao campo das ideias (como o conceito de envelhecimento ativo, de equidade de gênero na velhice, de cidadania tardia, memória) passou a ter rostos, nomes, gestos e histórias.

Ao interagir com essas mulheres, observei como a escuta qualificada, o acolhimento afetivo e o diálogo intergeracional atuam como dispositivos pedagógicos potentes. Em rodas de conversa, oficinas artísticas, dinâmicas de grupo e momentos de confraternização, emergiram relatos de superação, resiliência e desejo de recomeçar. Aquelas que, inicialmente, demonstravam timidez ou resistência às atividades, passaram a se engajar com brilho nos olhos — seja aprendendo a confeccionar um porta-retrato ou desenhando memórias em um painel coletivo.

Essa vivência está em sintonia com o que Johner e Fioreze (2021) descrevem como a "possibilidade de reinvenção identitária" na velhice, sobretudo no caso das mulheres. A construção dos painéis no subprojeto Cuidar de Si Para Envelhe(ser) do NUPESPI, por exemplo, representou muito mais do que uma atividade simbólica: foi a encenação concreta do direito à memória, à expressão e ao reconhecimento social. Cada cor, cada objeto desenhado, cada história compartilhada revelava uma trajetória marcada por lembranças, silêncios e esquecimentos — e também por força, humor e reinvenção.

O sentimento de pertencimento expresso nas falas das participantes ecoa o que Argimon et al. (2012) identificam como essencial à saúde emocional na velhice: o vínculo social. Em diversos encontros, foi possível notar que a troca entre as idosas e entre elas e a equipe

universitária produzia uma energia vital que mobilizava memórias, afetos e novos projetos de vida. A convivência semanal gerava não só hábitos, mas também expectativas: “Que dinâmica será hoje?”, “Quais lembranças vamos reviver?”, “Será que posso cantar minha música no encerramento?”

Essas observações, fruto da escuta atenta e da convivência respeitosa, também dialogam com os apontamentos de Gomes (2023), que defende a centralidade da afetividade e do reconhecimento nas práticas pedagógicas com pessoas idosas. A presença, o toque, a atenção — muitas vezes mais importantes que o conteúdo formal — revelam o caráter ético-político da educação em espaços não escolares. Aprendi, como futura pedagoga, que ensinar e aprender com idosos exige não apenas planejamento, mas principalmente presença e sensibilidade.

Os impactos observados extrapolam, portanto, a esfera individual, as ações da UATI e do NUPESPI promovem transformação comunitária ao ativar a universidade como um espaço de inclusão e acolhimento etário. Essa relação entre universidade e comunidade foi percebida pelas participantes como reparadora: “Nunca pensei que um dia eu estaria dentro da UNEB. E agora estou aqui, expondo minha história”¹ disse uma das mulheres idosas durante a exposição final.

Em sintonia com a OMS (2005, 2015) e o Plano de Madri (2002), os projetos reforçam que envelhecer com dignidade exige não apenas cuidados médicos, mas também acesso à cultura, à educação e ao reconhecimento social. A UATI e o NUPESPI demonstram que a pedagogia pode (e deve) operar como instrumento de transformação, ampliando o sentido de pertencimento e cidadania entre sujeitos historicamente marginalizados.

¹ Relatos de uma das participantes do projeto na atividade final registrado em caderno de campo da monitora institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO COM A PESSOA IDOSA

Por fim, retomo a proposta inicial deste trabalho: investigar como a educação em espaços não formais pode contribuir para o envelhecimento ativo e a inclusão social de mulheres idosas. A experiência vivida como monitora revelou que a teoria, quando sustentada por práticas sensíveis e intencionais, ganha vida no cotidiano, transformando não só os sujeitos envolvidos, mas também quem educa. Esta etapa da pesquisa não é um fechamento, mas um convite: a olhar para a pedagogia como prática de escuta, cuidado e reconstrução de caminhos na velhice.

No entanto, apesar dos inúmeros ganhos observados, persistem desafios importantes no trabalho pedagógico com a população idosa, entre eles, destaca-se a resistência inicial à participação, muitas vezes motivada por experiências anteriores de exclusão, baixa escolarização ou sentimento de insegurança e timidez. O enfrentamento dessa dificuldade exige sensibilidade da equipe educativa, além de metodologias que favoreçam o acolhimento, o vínculo e a construção de confiança.

Outro obstáculo recorrente é a escassez de recursos materiais e financeiros, que impacta diretamente na regularidade, diversidade e qualidade das atividades ofertadas. Projetos como a UATI e o NUPESPI operam, muitas vezes, com orçamentos reduzidos e dependem de parcerias interinstitucionais, voluntariado e ações pontuais de extensão. Isso evidencia a urgência de políticas públicas que reconheçam e financiem de forma continuada iniciativas voltadas à educação de pessoas idosas, compreendendo-as como parte estratégica de uma sociedade inclusiva e democrática.

A organização logística das atividades, incluindo transporte, acessibilidade, alimentação e suporte à saúde, também representa uma dimensão desafiadora. Muitas mulheres idosas enfrentam dificuldades de mobilidade, dependência de familiares e limitações físicas ou emocionais que requerem um planejamento cuidadoso das ações educativas. Nessa perspectiva, é fundamental que os projetos busquem estratégias intersetoriais, envolvendo as áreas da saúde, assistência social, cultura e educação de forma integrada.

Apesar dessas dificuldades, as experiências relatadas apontam perspectivas promissoras para o fortalecimento da educação de pessoas idosas em espaços não formais. A ampliação do número de participantes, a diversificação das atividades com base nos interesses e vivências do público, a valorização dos saberes populares e a promoção da intergeracionalidade são

caminhos possíveis para ampliar o impacto social desses projetos. Além disso, a formação continuada de educadores e monitores que atuam com esse público é um elemento-chave para qualificar as práticas pedagógicas e garantir a escuta sensível e o respeito às singularidades do envelhecimento.

Trabalhar com pessoas idosas exige não apenas técnicas e metodologias, mas principalmente disposição ética para o cuidado, o afeto e a transformação social. Os projetos desenvolvidos no Campus XV da UNEB revelam que é possível, sim, construir espaços educativos onde a velhice seja reconhecida como tempo de potência, criação e pertencimento. Que estas experiências sirvam de inspiração para outras instituições e para políticas públicas comprometidas com a dignidade de todas as fases da vida.

Portanto, a relevância desta pesquisa está em refletir sobre as contribuições das práticas pedagógicas desenvolvidas em espaços não formais, a partir da atuação junto à comunidade, buscando compreender como essas experiências promovem a aprendizagem, a inclusão e a transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGIMON, I. I. de L.; PIZZINATO, A.; ECKER, D. D.; LINDERN, D.; TORRES, S. Velhice e Identidade: Significações de Mulheres Idosas. *Revista Kairós-Gerontologia*, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 79–99, 2012. DOI: 10.23925/2176-901X.2011v14i3p79-99. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/1005> Acesso em: 26 abr. 2025

AZEVEDO, L. M. de. Estratégias educacionais para pessoas idosas: contribuições para o envelhecimento ativo. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 75-91, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2658> Acesso em: mar. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação ao longo da vida: políticas públicas no Brasil*. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <https://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012183.pdf>

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. As condições de vida das pessoas idosas no Brasil. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 25-74. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13839>

CAMARANO, A. A. et al. A feminização da velhice: um olhar sobre o envelhecimento da população feminina no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 59-75, 2004. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/88dd/b884bc8d54a276725d2e9be45bc532f2a24c.pdf>

CAMARGO, E. P. DE .. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 23, n. 1, p. 1–6, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170010001> Acesso em: maio 2025.

CAMPOS, A. C. V.; FERREIRA, E. F. E .; VARGAS, A. M. D.. Determinantes do envelhecimento ativo segundo a qualidade de vida e gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20,

n. 7, p. 2221–2237, jul. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.14072014>. Acesso em: junho 2025.

CEPELLOS, V. M.. FEMINIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO: UM FENÔMENO MULTIFACETADO MUITO ALÉM DOS NÚMEROS. *Revista de Administração de Empresas*, v. 61, n. 2, p. e20190861, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020210208>

COSTA, Rita de Cássia Fraga da; MORAES, Taiza Mara Rauen; PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. A Educação para/com idosos: caminhos alternativos de inclusão social. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/download/16698/8217/72889>

NEGRÃO, Felipe da Costa; MORHY, Priscila Eduarda Dessimoni. A inserção da disciplina de educação em espaços não formais no curso de Pedagogia. *REAMEC – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática*, Manaus, v. 7, n. 3, p. 533–550, set./dez. 2019. Disponível em: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/437/4371998016/html/> Acesso em: 28 jun. 2025

DÓREA, E. R. Idadismo: um mal universal pouco percebido. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-8, 2021.

FORESTI, TAIMARA et al . O CONCEITO DE CAPACITISMO EM ARTIGOS NACIONAIS: UM ESTUDO TEÓRICO. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo , v. 24, e23909, 2024 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2024000100701&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 jun. 2025. Epub 23-Ago-2024. <https://doi.org/10.5935/2175-1390.v24e23909>.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>

GOMES, A. F. dos S. Velhice feminina: um debate feminista. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 2, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2022: população idosa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

JOHNER, Kenia; FIOREZE, Cristina. O feminino na interseccionalidade e envelhecimento humano. In: **CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, 10., 2021, Niterói. Anais do 10.º CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói: Even3, 23 dez. 2021. Trabalho completo e resumo expandido. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xc22021/429446-o-feminino-na-interseccionalidade-e-envelhecimento-humano/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

KALACHE, A.; VERAS, R. P.; RAMOS, L. R.. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. *Revista de Saúde Pública*, v. 21, n. 3, p. 200–210, jun. 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101987000300005>

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://ia804601.us.archive.org/7/items/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed_-_www.meulivro.biz/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed_-_www.meulivro.biz.pdf&ved=2ahUKEwj48s-](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://ia804601.us.archive.org/7/items/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed_-_www.meulivro.biz/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed_-_www.meulivro.biz.pdf&ved=2ahUKEwj48s-P2pSOAxWPgGEGHRD_CQwQFnoECCEQAQ&usg=AOvVaw2qKEfIlo39SXpLPdtVi9n2)

[P2pSOAxWPgGEGHRD_CQwQFnoECCEQAQ&usg=AOvVaw2qKEfIlo39SXpLPdtVi9n2](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://ia804601.us.archive.org/7/items/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed_-_www.meulivro.biz/Fundamentos_de_metodologia_cientfica_8_ed_-_www.meulivro.biz.pdf&ved=2ahUKEwj48s-P2pSOAxWPgGEGHRD_CQwQFnoECCEQAQ&usg=AOvVaw2qKEfIlo39SXpLPdtVi9n2)

MORAGAS, R. Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida. São Paulo: Cortez, 1997.

MOREIRA, N. Educação de adultos e aprendizagem ao longo da vida. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

MOREIRA, L. de M. A feminização da velhice. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: MS, 1998. p. 20-25.

MOREIRA, W. S. A ludicidade e o envelhecimento: contribuições para a qualidade de vida. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 35-48, 2010.

NAKAMURA, A., & HILDEBRAND, H. R. (2020). Brincar na velhice – um ócio lúdico e valioso. *Revista Kairós-Gerontologia*, 23(2), 273-296. ISSNprint 1516-2567. ISSNe 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PUC-SP. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/download/50724/33154/149203&ved=2ahUKEwipzPv9s4-](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/download/50724/33154/149203&ved=2ahUKEwipzPv9s4-OAxXBpZUCHSbyHQQQFnoECCgQAQ&usg=AOvVaw0WI9MdzyNg4j5nJ1fmggCu)

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

OMS. Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde. Genebra: OMS, 2015.

PAIXÃO, Adriana do Nascimento; SOUZA, Clenilsa Maia de; ANDRADE, Darlison William Reis; SOUZA, Livia; OLIVEIRA, Mirla Gomes de; SILVA, Thainá Figueiredo da; MELO, Willams Costa de; OLIVEIRA, Adriano dos Santos. A invisibilidade social feminina na terceira idade. Revista ft, Maringá, v. 10, n. 1, p. 1–xx, 2024. DOI: 10.69849/revistaft/fa10202411300716. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-invisibilidade-social-feminina-na-terceira-idade/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

PEREIRA, A. L. N. Educação em espaços não escolares: desafios e possibilidades na formação docente. Revista Brasileira de Educação, Brasília, v. 15, n. 44, p. 107-120, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/BYDPPnVDbMJfS9Rz7jNkYKP/>. Acesso em: março 2025

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO. Lei nº 8.842/1994.

SANTOS, H. C. dos. Relatório Final – NUPESPI. Valença: UNEB, 2023. (Documento Interno).

SANTOS, H. C. dos. Relatório Final – UATI. Valença: UNEB, 2024. (Documento Interno).

SOARES, M. R. P. et al. Envelhecimento e aprendizagem: a educação em discussão. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 20, n. 60, p. 45-66, 2015.

SOUZA, J. Práticas pedagógicas para idosos em espaços não formais. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 42, n. 3, p. 120-138, 2021.

SPGU-SIP. Relatório final de atividades – UATI – 2025. Valença: UNEB – Campus XV, 2025. (Documento Institucional Não Publicado).

SPGU-SIP. Relatório final de atividades – NUPESPI – 2025. Valença: UNEB – Campus XV, 2025. (Documento Institucional Não Publicado).

TEIXEIRA, I. N. A.; NERI, A. L. Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso da vida. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 81-89, 2008.

WIESE, L. P.; DAL PRÁ, K. R.; MIOTO, R. C. T. Dimensões do cuidado na velhice: cuidar, ser cuidado e cuidar de si. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 148-156, 2017.